



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

PÓS-GRADUAÇÃO
Educação a Distância

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* **ESPECIALIZAÇÃO EM** **DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO** **PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



2023

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Santana
Ministro da Educação

Jaime Cavalcante Alves
Reitor do IFAM

Rosângela Santos da Silva
Pró-Reitora de Ensino

Jucimar Brito de Souza
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Maria Francisca Moraes de Lima
Pró-Reitora de Extensão

Adanilton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Administração

Leandro Amorim Damasceno
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard
Diretor de Educação a Distância

Juliano Milton Kruger
Coordenador-Geral Institucional da UAB/IFAM

Comissão Responsável pela Adequação e Atualização do
Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
(Especialização) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à
Distância

Portaria nº 668 - GR/IFAM, de 26 de abril de 2022

Deuzilene Marques Salazar - presidente
Eliseanne Lima da Silva - vice-presidente
Maria Raimunda Lima Valle - membro
Tânia Midian Freitas de Souza - membro
Alesandra Gonçalves de Freitas - membro

Portaria nº 1.642 - GR/IFAM, de 31 de outubro de 2022

Ana Maria de Lucena Rodrigues - presidente
Deuzilene Marques Salazar- membro
Eliseanne Lima da Silva - membro
Maria Raimunda Lima Valle - membro
Tânia Midian Freitas de Souza - membro

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	8
1.1	Dados da Instituição Proponente	8
2.	HISTÓRICO DO IFAM	9
2.1	Histórico da EaD no IFAM	10
3.	APRESENTAÇÃO DO CURSO	11
3.1	Breve histórico da oferta do curso	11
3.2	Dados Gerais do Curso	16
4.	FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPC	17
4.1	Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	18
4.2	Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	19
4.3	Outras dimensões do trabalho	21
4.4	Dimensão social do trabalho e da técnica	23
4.5	A formação dos Educadores de Trabalhadores	25
4.6	Princípios Educacionais	26
5.	VIABILIDADE TÉCNICA	27
6.	JUSTIFICATIVA	28
6.1	Exigência Legal	28
6.2	Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	29
7.	OBJETIVOS	31
7.1	Objetivo Geral	31
7.2	Objetivos Específicos	31
8.	REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	32
9.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	32
10.	METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	33
10.1	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA	33
11.	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO	36
11.1	Avaliação da aprendizagem	36
11.2	Avaliação do Curso	38
		4

11.3 Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Cursos (SAAS)	38
12. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS (ALESANDRA)	38
13. CERTIFICAÇÃO	39
14. MATRIZ CURRICULAR	39
14.1 Componentes curriculares	39
15. TRABALHO FINAL DE CURSO (TFC)	41
16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	44
17. EQUIPE DE PROFESSORES, TUTORES, ORIENTADORES DE TCC E GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	45
18. INFRAESTRUTURA	49
18.1 Ambientes educacionais e recursos didáticos de suporte	49
18.2 Instalações gerais e equipamentos	50
18.3 Biblioteca	51
18.4 Laboratório de Informática	52
18.5 Laboratórios Específicos	52
18.6 Recursos de Hipermídia	53
18.7 Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD	53
18.8 Polos de Apoio Presencial	53
18.9 Central de Atendimento ao Estudante	54
19. CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO DO CURSO	55
20. REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE 1 - Ementas e bibliografias dos componentes curriculares	58
APÊNDICE 2 - Estrutura do projeto de intervenção pedagógica: Trabalho Final de Curso – TFC	77
APÊNDICE 3 – Anuência do coordenador do curso para aplicação do projeto de intervenção	80
APÊNDICE 4 – ANUÊNCIA DO PROFESSOR DA DISCIPLINA PARA APLICAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	81
APÊNDICE 5 – PLANO DE ENSINO	82
APÊNDICE 6 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM	84
APÊNDICE 7 – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA	85

APÊNDICE 8 - TERMO DE COMPROMISSO – TCC (ESTUDANTE)	86
APÊNDICE 9 - TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO TCC (PROFESSOR)	87
APÊNDICE 10 - FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO	88
APÊNDICE 11- FICHA DE AVALIAÇÃO TCC	89
APÊNDICE 12 - ATA DE DEFESA PÚBLICA	91
APÊNDICE 13 – FICHA DE DESISTÊNCIA/TRANSFERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	93

1. APRESENTAÇÃO

O objeto desta proposta é o desenvolvimento do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica**, doravante denominado DocentEPT, tendo por finalidade a formação de professores para o exercício docente na Educação Profissional, sendo o órgão responsável pelo financiamento do mesmo, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

O DocentEPT será ofertado na modalidade a distância, em todo o território nacional, em polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) assumiu o compromisso na oferta do DocentEPT, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, por meio da Diretoria de Educação a Distância (DED), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)

Este Projeto propõe-se a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso, bem como desenhar os pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos que estruturam a formação continuada em pós-graduação *Lato Sensu*, aqui proposta.

1.1 Dados da Instituição Proponente

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas		
Endereço	Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro		
Cidade	Manaus	UF: AM	CEP: 69.025-010
Fone	92 3306 0093	E-mail: reitoria@ifam.edu.br	

Reitor: Prof. Me. Jaime Cavalcante Alves

Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro, Reitoria do IFAM, 2º andar
E-mail: gabinete@ifam.edu.br – Fone: 3306-0003

Pró-Reitora de Ensino Profa. Ma. Rosangela Santos da Silva

Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro, Reitoria do IFAM, 2º andar

E-mail: proen@ifam.edu.br – Fone: 3306-0049/0050

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação: Prof. Dr. Jucimar Brito de Souza

Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro, Reitoria do IFAM, 2º andar

E-mail: proreitoria_ppgi@ifam.edu.br – Fone: 3306-0059/60

Diretor de Educação a Distância: Prof. Esp. Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard

Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro, Reitoria do IFAM, 2º andar

E-mail: ded_proen@ifam.edu.br – Fone: 3306 -0051

2. HISTÓRICO DO IFAM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e superior nas diferentes modalidades de ensino, cuja criação, nos termos da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigo 5º, inciso IV, deu-se a partir da fusão das 3 (três) Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFETs que até então atuavam no Estado do Amazonas – o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET/AM, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAF-Manaus/AM e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira – EAF-SGC/AM.

A partir de 2010, inicia-se o processo de expansão e de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de consolidação no Estado do Amazonas que hoje conta com 17 Unidades Acadêmicas sendo: 16 (dezesesseis) *campi* distribuídos nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manaus (com três *campi*), Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé; 3 *Campi* Avançados, sendo um no município de Manacapuru, Boca do Acre e Iranduba.

Atualmente, o IFAM conta com 5 (cinco) cursos de Engenharia, 1 (um) curso de bacharelado em Medicina Veterinária, 11 (onze) cursos de Tecnologia, 6 (seis) cursos de Licenciatura, 9 (nove) cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nas modalidades presencial e/ou EaD, 3 (três) cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no nível de Mestrado Profissional e um curso de Doutorado Profissional, já

aprovado pela CAPES. Além dessas ofertas, o IFAM conta com mais de 20 cursos Técnicos, de Aperfeiçoamento e de Extensão ofertados no âmbito da Educação Profissional, seja nas modalidades presencial e/ou a distância.

Diante desse universo de cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades de ensino em seus *campi*, o IFAM atingiu a marca aproximada de 26 mil matrículas no ano de 2018, de acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha.

2.1 Histórico da EaD no IFAM

As ações desenvolvidas na modalidade de Educação a Distância (EaD) fundamentam-se no planejamento estratégico do IFAM para a expansão das ofertas de cursos nessa modalidade. Portanto, são planejadas, executadas e avaliadas em conjunto a partir das diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC e de suas Agências de Fomento voltadas para a implantação de ações de EaD.

A criação do IFAM no ano de 2008, cuja implantação de fato e de direito deu-se a partir de 2010, possibilitou a discussão e a implementação do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional, os quais previam o planejamento e a oferta de processos formativos, entre os quais se inseriu a oferta de cursos na modalidade a distância, com a adesão aos Programas da Rede e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), ProFuncionário (Programa de Formação Profissional de Trabalhadores da Escola em efetivo exercício) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), além de outras ações com a Secretaria de Educação Básica (SEB), com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e, à época, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

As atividades de EAD no IFAM tiveram início em 2009 com a oferta do Curso Técnico em Agropecuária por intermédio do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, atualmente, Rede e-Tec Brasil.

Entre os anos de 2017 e 2019 foram instituídos 7 Polos com oferta de graduação em EaD, sendo 5 deles no estado do Amazonas e 2 no estado de Roraima. Já a oferta de cursos de especialização foi feita em 5 Polos, sendo 4 no estado Amazonas e 1 no estado de Rondônia.

A EaD implantada no IFAM ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas, oportunizando o acesso da educação técnico-profissional de nível médio à pós-graduação *Lato Sensu*, qualificando profissionais para o mundo do trabalho, ampliando, assim, o acesso à educação no estado do Amazonas. A Diretoria de Educação a Distância trabalha com ofertas institucionais e por fomento externo nos níveis básico e superior conforme disponibilidade de recursos e demanda dos *campi* e/ou polos de educação a distância.

Em 2021 houve o lançamento de uma plataforma de cursos livres do IFAM, por meio da Escola Virtual. A plataforma está hospedada no site da EaD do IFAM: <http://ead2.ifam.edu.br/>, onde são disponibilizados cursos livres para todos os públicos com o objetivo de qualificação da população em geral.

A Educação a Distância do IFAM conta com parcerias firmadas entre entidades e órgãos públicos para estruturação de polos e/ou com os pólos previamente registrados e ativos dos programas do governo. Em 2022, a Diretoria de EaD vem articulando a implantação dos Núcleos de Ensino a Distância nos mais de 17 campi do IFAM, sendo que os 3 campi da capital já contam com estrutura prévia em reativação.

No ano de 2022, encontra-se ativo o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB / CAPES que conta com a oferta de cursos superiores de pós-graduação lato sensu (em andamento) e duas licenciaturas (Pedagogia e Física) que foram concluídos por meados de fevereiro deste ano.

No mesmo ano foram iniciadas as duas ofertas de cursos institucionais, sem fomento externo, dos **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica e Gestão Pedagógica** (em andamento), ofertados respectivamente pelo campus Manaus Zona Leste e campus manaus Centro e apoiados pela DEaD. Os cursos têm como público-alvo servidores do IFAM, atendendo à demanda de formação continuada no atendimento à legislação aqui já mencionada, e ao PDI/IFAM.

3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 Breve histórico da oferta do curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas a oferta de um curso em nível de especialização (*Lato Sensu*), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução

CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico.

Segundo a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciatura para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), em nível de especialização, a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo.

Com base nesses pressupostos, o DocentEPT contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a

Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram

apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didático-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a

Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do DocentEPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022, conforme Anexo I.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, aqui apresentado, tem a intenção de subsidiar as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB/Capes na elaboração de seus projetos, já que deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 9/2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de caráter pedagógico.

3.2 Dados Gerais do Curso

- **Nome do Curso:** Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT, atendendo à Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007 e à Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

(LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- **Área de conhecimento:** Educação - Código 70800006, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- **Modalidade de oferta:** Educação a distância, conforme a Portaria Normativa nº 1.369, de 07 de dezembro de 2010.
- **Carga Horária:** 450h
- **Prazo para integralização do Curso:** 18 meses

4. FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPC

A educação é uma prática sociocultural e, portanto, inseparável das humanidades, sobretudo da filosofia, das artes, das letras e das ciências. O trabalho de formação do docente para atuar na Educação Profissional e Tecnológica pressupõe e exige, como condição mesma de sua existência e sua finalidade primeira, a autonomia das pessoas, da educação, da escola, do trabalho docente e discente, do ensino e da pesquisa. Sendo assim, a formação, sem se descuidar da profissionalização, a ela não se reduz, mas propõe a formação de profissionais que compreendam as complexas relações entre educação e sociedade; que pensem e realizem a existência humana, pessoal e coletiva, e o trabalho pedagógico com vistas à transformação da realidade social, à superação dos processos de exploração e dominação e à construção da igualdade, da democracia, da ética e da solidariedade.

A formação docente nessa perspectiva busca compreender historicamente as múltiplas dimensões dos processos de formação humana, participar da produção do saber da área, o que inclui a reflexão, a crítica, a criação, o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação do trabalho pedagógico, dos sistemas, unidades e projetos educacionais na escola, instituições educativas e em outros contextos de formação. Trata-se, pois, da necessidade e da importância fundamental de se trabalhar para o desenvolvimento da consciência crítica e a capacidade individual e coletiva de assumir a docência com responsabilidade ética e política, para a qual é imprescindível a formação teórica, rigorosa e crítica.

Assim, defendemos que a educação pode se tornar uma ferramenta de luta contra o sistema capitalista vigente a partir de atividades educativas que

contribuam para o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos mais elevados do patrimônio acumulado pela humanidade, para que compreendam a totalidade do processo histórico e se percebam enquanto sujeitos capazes de transformar a realidade imposta pelo capital, como pontua Tonet (2016).

4.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O Trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de sua existência. O trabalho, por ser uma atividade objetivada, deve ser assumido em plena consciência e por isso a educação é indispensável na constituição do ser social. Portanto, “[...] trabalho é a única categoria que faz a mediação entre o homem e a natureza. Só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana” (TONET, 2016, p. 122).

Por ser o fundamento do ser humano, o trabalho será desenvolvido de uma determinada maneira de acordo com o desenvolvimento histórico e de como a organização social se constrói nesse percurso.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida.

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se **técnica**. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo

nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas, de modo que Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, podem-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da Educação Profissional é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos, conforme afirma Barato (2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

4.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

A formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo, como pontua Rose (2007). Há um pensar *do e no* fazer. Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente

“derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia, etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-as. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla, que, conforme Moraes (2016), consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

4.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em

um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito, etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações, como pontua Pastré (2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho, conforme destaca Clot (1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revelam ainda um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito

(BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade.

A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derrubam muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Lave e Wenger (1991) ressaltam as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, onde o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26): os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras.

Contudo, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países, etc. Pensar a dimensão

cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais.

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece.

4.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: formar cidadãos críticos, autônomos, responsáveis socialmente, capazes de reconhecer e respeitar as diferenças, bem como de agir ética e moralmente a favor do bem-estar da sociedade.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros).

Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, torna-nos parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos.

Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

4.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Conseqüentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente

necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019).

Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

4.6 Princípios Educacionais

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- As determinações histórico-materiais e culturais na produção do conhecimento;
- A contribuição para os processos de ensino e de aprendizagem com investigações e reflexões acerca dos fundamentos epistemológicos, históricos, sociais e culturais na educação profissional e tecnológica;
- A formação de profissionais comprometidos com processos de ensino que envolva as tecnologias, a criação, a inovação e as diferentes possibilidades do trabalho pedagógico;
- O trabalho como mediação da relação entre ciência e produção – seja compreendido como a forma concreta pela qual se realiza historicamente a produção e a reprodução material e espiritual da existência humana;
- Pesquisa, extensão, inovação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente;

- A interdisciplinaridade como reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade, isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas;
- A articulação entre conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;

5 VIABILIDADE TÉCNICA

É de competência da Diretoria de Educação a Distância e da Pró-Reitora de Ensino do IFAM a articulação com os diversos agentes e programas governamentais destinados ao fomento das ações e das ofertas de cursos em EaD, a qual atuará na cogestão do processo de implantação, expansão, monitoramento e avaliação dos cursos juntamente com os *campi*, estes enquanto unidades certificadoras e cuja anuência para tal dar-se-á por intermédio de procedimentos e instrumentos específicos.

Os materiais pedagógicos do DocentEPT foram elaborados pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. Também, o Cefor/Ifes assumiu o compromisso pela revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O DocentEPT tem a carga horária total de 450 horas, sendo voltado para os bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e

tecnológica, preferencialmente por professores das redes públicas de ensino (municipal, estadual/distrital e federal).

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso será composto por 10 (dez) disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (*on-line*) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, conforme calendário acadêmico do DocentEPT-IFAM. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo e contarão com a atuação do professor formador, professores mediadores e orientadores de TCC, no atendimento aos cursistas. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alternados entre o início e o fim dos módulos.

Durante o curso, os cursistas serão orientados a desenvolver o Trabalho Final de Curso, que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, constando do planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante, cujos resultados serão apresentados no evento “Seminário Integrador”, atividade final da disciplina “Projeto de Intervenção na Prática Docente”.

6. JUSTIFICATIVA

6.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/1996 preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria.

De acordo com o § 3º, do inciso III, do art 53 da Resolução CNE/CP 01/2021, “a formação inicial não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei de criação dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

6.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento desta modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda necessitamos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentescarências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitosformativos, o papel de de ensinar uma profissão, soma-se o desafio de desenvolverabordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as

dimensões citadas.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e especialmente sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. E com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação.

Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único.

7 OBJETIVOS

7.1 Objetivo Geral

O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica objetiva formar profissionais em nível de pós-

graduação *lato sensu* para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio, com vistas à compreensão (c), ao planejamento (p) e à implementação (I) de novos processos pedagógicos, bem como estimular a produção e difusão (PD) de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos.

7.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos relacionados a este projeto são:

- Propiciar saberes epistemológicos da docência na educação profissional e tecnológica comprometido com o papel social da escola, os valores estéticos, políticos e éticos nos quais se fundam a sociedade mais justa, equânime, igualitária, solidária e democrática. [disciplina Epistemologia]
- Dominar o conhecimento didático-pedagógico referente a criar, planejar, gerir, avaliar o processo de ensino e aprendizagem, assegurando a prática de ensino e o processo educativo em educação profissional e tecnológica. [disciplina Didática profissional]
- Compreender o conceito de trabalho como princípio educativo e integrador de currículo, reconhecendo a indissociabilidade entre educação, práticas e relações sociais, historicidade dos conhecimentos e a diversidade cultural, étnica, sexual e religiosa dos sujeitos da aprendizagem na educação profissional e tecnológica. [disciplinas Práticas inclusivas e EJA]
- Compreender a necessidade da integração entre ensino, pesquisa e extensão como eixos formativos na educação profissional e tecnológica tendo como fundamento a pesquisa como princípio pedagógico no percurso formativo e como fundamento do trabalho docente; [disciplina Pesquisa e Extensão]
- Propiciar fundamentos teóricos e metodológicos que contribuam na análise da inserção de diferentes tecnologias nos processos educativos em educação profissional e tecnológica. [disciplina Tecnologias Educacionais]
- Reconhecer o projeto pedagógico como princípio de gestão democrática na discussão e definição dos princípios sociais, políticos, educativos e pedagógicos para um curso em educação profissional e tecnológica

considerando as demandas socioculturais, econômicas e educacionais que visem à qualidade de vida da população. [disciplina Projeto Pedagógico]

8. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica e professores que atuam nas redes públicas de ensino (municipal, estadual/distrital e federal) e profissionais da educação profissional das Redes Estaduais e Municipais.

O preenchimento das vagas será definido por meio de Edital específico a ser publicado pela Diretoria de Educação a Distância/Proen.

9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao fim do curso, o egresso desenvolverá os seguintes fundamentos:

- identificação dos problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- reconhecimento das diversidades dos sujeitos da aprendizagem, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- elaboração e implementação de um processo avaliativo em consonância aos princípios e fundamentos da Educação Profissional;
- organização e participação em equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserção no campo de estudo e pesquisa “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;

- compromisso com a ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- apropriação de teorias pedagógicas e curriculares buscando a reflexão sobre a prática, a elaboração do projeto pedagógico e curricular da instituição.

10 METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

10.1 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA

Nos termos do artigo 1º do Decreto nº 9.057/2017, a Educação a Distância, modalidade de oferta do curso aqui proposto, caracteriza-se como mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos, pois

A educação a distância com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação flexibiliza as relações entre tempo e espaço, propicia interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, amplia o acesso às informações hipermidiáticas continuamente atualizadas, emprega mecanismos de busca e seleção de informações, permite o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorece a mediação pedagógica em processos síncronos e assíncronos, cria espaços de representação e produção de conhecimento. (ALMEIDA, 2009, n.p.).

Estes recursos são plenamente confirmados com a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), que expande a prática educacional como a ação dialética entre professores e alunos, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação desses com o saber. O uso dos recursos de comunicação, providos pelas diversas mídias (impresa, em vídeo ou digital), tem o viés de potencializar o processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo e ampliando a recepção sensorial do aluno, para assim facilitar a apreensão dos conteúdos e permitir a construção do conhecimento em espaço de tempo e lugar mais adequados às exigências de disponibilidade do educando.

A metodologia desenvolvida pelo curso deverá fomentar o processo de reflexão

da prática pedagógica dos estudantes envolvidos, possibilitando, dessa maneira, o debate e a sistematização das experiências estabelecendo diálogos permanentes entre o espaço acadêmico-escolar de atuação profissional e os conhecimentos (re)significados a partir dos componentes curriculares desse curso.

O processo educativo consiste na autoaprendizagem. A partir das orientações do curso, totalmente mediadas por tecnologia, o estudante conduzirá o seu próprio processo de aprendizagem mediado pelas atividades propostas pelos professores no AVEA e pelo acompanhamento dos mesmos e dos tutores.

O AVEA é criado na plataforma do *Moodle*, destinando-se aos cursos ofertados na modalidade a distância. A plataforma congrega as ferramentas de interação e realização das atividades de percurso, tais como o fórum, a tarefa, o *chat*, o questionário, entre outras possibilidades propostas para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiências significativas ao longo do processo de formação. Somam-se a esse processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância, tais como: vídeos, animações, videoaulas, videoconferências, *lives*, simulações, *links*, atividades interativas com professores, tutores e alunos, biblioteca virtual e conteúdo da *Web*, possibilitando aos estudantes o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas. As aulas serão todas disponibilizadas no AVEA, considerando as especificidades e diferenças de fuso horário dos municípios em que residem os estudantes desse curso de especialização. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- vídeo aulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério do docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;

- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo:
 - imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

O professor formador, selecionado por edital de processo seletivo, utilizará o material didático elaborado pelo Cefor/lfes para a disciplina e terá autonomia pedagógica para organizar as atividades avaliativas em consonância com os princípios educativos do projeto pedagógico e a Coordenação do Curso. O professor formador participará de atividades de formação continuada, de reuniões pedagógicas para subsidiar o planejamento da disciplina, de interações síncronas, de supervisão de tutores, de solução de dúvidas e de procedimentos nas atividades discentes.

11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO

O ato de avaliar constitui-se em uma atividade exclusivamente humana. Ao direcionar o ato de avaliar para a dimensão didático-pedagógica entende-se que esse é um processo que deve ter como objetivo um acompanhamento sistemático do desenvolvimento do estudante assumido sob três dimensões: diagnóstica, formativa e somativa.

11.1 Avaliação da aprendizagem

É nesta perspectiva que o processo de avaliação da aprendizagem é concebido nesse curso de especialização e será realizado como parte integrante do processo educativo acontecendo ao longo do curso de modo a permitir o processo de ação-reflexão-ação da aprendizagem e da apropriação do conhecimento.

Na educação a distância a proposta de avaliação do processo de aprendizagem do estudante deve considerar seu ritmo e estilos de aprendizagem, de forma a ajudá-lo

a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes observáveis no contexto da EPT, possibilitando o alcance dos objetivos propostos no curso. As atividades avaliativas previstas no curso serão desenvolvidas interdisciplinarmente. Para tanto, sugerimos o uso de portfólio e fóruns de discussão, de modo a registrar as práticas dos cursistas no contexto escolar (*in loco*) e trocas de experiências que ajudam no enfrentamento das questões próprias da escola no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Cada componente curricular/disciplina deverá contar com pelo menos uma avaliação individual, a exemplo de fórum ou questionário, com o fim de avaliar os conteúdos.

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática da Instituição/IFAM, incluindo as seguintes especificidades: avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da disciplina, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVEA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

O processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA e nos encontros presenciais (provas, estudos de casos, estudos dirigidos etc. (conforme estabelecido no plano da disciplina), sendo:

MD = Média da Disciplina.

AVEA = Nota das Atividades do AVEA (Peso 1).

NAP = Nota da Avaliação Presencial (Peso 2).

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos).

11.2 Avaliação do Curso

A avaliação do curso será realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IFAM que em colaboração com a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), proverá os mecanismos de avaliação, considerando as orientações do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES).

No processo de avaliação serão elaborados questionários digitais, os quais serão respondidos via Plataforma Moodle. Estes questionários serão organizados por categorias: estudantes, atuação pedagógica, recursos didáticos, gestão, relacionamento, atendimento e recursos materiais. Os dados produzidos serão tabulados e analisados pela comissão de avaliação que divulgará os resultados por meio de relatórios analíticos. Estes relatórios, por sua vez, serão entregues à Pró-Reitoria de Ensino que, em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, irá planejar e executar ações para a melhoria e correção do processo.

11.3 Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Cursos (SAAS)

O SAAS é uma plataforma da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) para o processo de autoavaliação institucional que inclui recursos de coleta de dados, análise de resultados e geração de relatórios para ajudar as instituições a avaliar e melhorar seu desempenho em várias

A plataforma possibilita avaliações, em nível nacional, de cursos, egressos e

avaliação socioescolar, bem como auxilia na previsão da evasão. O SAAS tem como princípio a avaliação dos cursos, devendo levantar potencialidades e fragilidades do processo de ensino-aprendizagem e da gestão desses cursos.

12 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

No âmbito desse projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de estudos como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de pós-graduação.

Todos os processos relativos ao aproveitamento de estudos serão tratados pela Coordenação do Curso atendendo o disposto no capítulo IV que trata do aproveitamento de estudos definidos na Resolução nº 23/2020 – CONSUP/IFAM e outros regulamentos e documentos que normatizem a matéria.

13. CERTIFICAÇÃO

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Ao cumprir todas as etapas do curso, com aprovação mínima de nota 6,0 (seis), com frequência mínima de 75% (a ser computada pelos professores por meio dos acessos ao AVEA e encontros presenciais) e pela aprovação no Trabalho Final de Curso, o estudante fará jus ao título de Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme o disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022, mais especificamente, no caput do art. 4º, aos graduados não licenciados que realizaram curso de Pós-Graduação lato sensu de Especialização nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 2018, é assegurado o direito de requerer a expedição de Diploma de Licenciatura em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, consoante o art. 53 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2021 e por equivalência com o

curso destinado à Formação Pedagógica, de acordo com as normas definidas no art. 21 da Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – diplomação em curso de graduação de Bacharelado ou de Tecnologia;
- II – certificação no curso de Pós-Graduação lato sensu específico de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas;
- III – comprovação de, pelo menos, 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica em docência de componentes curriculares profissionais.

Do mesmo modo, no art. 5º da já referida resolução, a diplomação em licenciatura, de que trata o art. 4º, permite contemplar, mediante comprovação, a atuação docente em componentes curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no âmbito do Eixo ou Área Tecnológica de competência associada à formação técnica de nível médio do profissional graduado.

Nesse sentido, a controle da documentação escolar e a emissão de certificação deverão obedecer ao disposto na Resolução nº 23/2020 – CONSUP/IFAM e outros regulamentos e documentos que normatizem a matéria.

Este curso terá três módulos de atividades letivas, que se subdividiram em blocos, agrupando disciplinas para que atuem de forma interdisciplinar, inclusive com avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, exercitando os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- 1ª Etapa: O curso começará pela disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA, com duração de três semanas, garantindo o domínio pleno do AVA.
- 2ª Etapa: Nesta etapa serão oferecidas simultaneamente, primeiramente as disciplinas: “Epistemologia da Educação Profissional” e “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional” e em seguida, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a

Educação Profissional e Tecnológica”.

- 3ª Etapa: Nesta última etapa serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Libras” e “Trabalho Final de Conclusão - TFC”. As duas primeiras, ofertadas simultaneamente, em seguida as outras duas e, por fim, o TFC. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam acontecendo, os alunos possam dar início às pesquisas e às intervenções educativas na EPT.

Em cada etapa, ao conjunto de disciplinas a ela vinculada, dar-se-á a realização de atividades avaliativas integradas, presenciais ou síncronas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

14. MATRIZ CURRICULAR

14.1 Componentes curriculares

A proposta curricular do curso compreende o desenvolvimento em 3 (três) módulos convergentes.

O primeiro módulo “**Fundamentos da EPT**”, objetiva apresentar os processos envolvidos na Educação Profissional, marcado por um cenário social, com fundamentos e organização próprias. Dele fazem parte as disciplinas: Ambientação em Educação a Distância; Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica.

O segundo, “**Mediações educacionais e pedagógicas em EPT**” dará condições para os estudantes pensarem nos processos de construção do conhecimento mediante abordagens educativas e pedagógicas específicas para o contexto da Educação Profissional considerando os contextos e prática social das instituições educacionais no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Compõem esse módulo as disciplinas: Didática Profissional, Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, e Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica.

O terceiro módulo “**Inclusão e Intervenção Educativa na EPT**” é transversal às

discussões dos módulos anteriores com a finalidade de possibilitar ao estudante intervir em sua prática docente de modo reflexivo e consciente. Integram o módulo, as disciplinas: Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica; Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica; Língua Brasileira de Sinais – Libras e Trabalho Final de Curso - TFC.

QUADRO 1 - MATRIZ CURRICULAR

MÓDULO	COMPONENTES CURRICULARES	CH
MÓDULO 1: Fundamentos da EPT	Ambientação em Educação a Distância	30
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	60
MÓDULO 2: Mediações educacionais e pedagógicas em EPT	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	60
	Didática Profissional	60
	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	60
MÓDULO 3: Inclusão e Intervenção educativa na EPT	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	45
	Libras	30
	Trabalho Final de Curso (TFC)	30
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		480h

15. TRABALHO FINAL DE CURSO (TFC)

Segundo a Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) indica que o trabalho de conclusão de curso deve contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional.

O TFC é atividade avaliativa individual, transversal, mediada pelo professor orientador, escolhido pelo discente dentre os aprovados no processo seletivo de professor orientador, sendo submetido após sua execução, à avaliação de uma banca

examinadora.

A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final em suas distintas etapas, conforme descritas no quadro 1:

Quadro 1 – Etapas do trabalho final de curso do DocentEPT

ETAPA	DESCRIÇÃO
1	Imersão no ambiente de formação da educação profissional e tecnológica na qual fará a observação do processo de ensino, pesquisa ou extensão, em cursos e programas de educação profissional e tecnológica, preferencialmente de nível médio, bem como a realização do levantamento e análise das necessidades educativo-pedagógicas.
2	Elaboração e aplicação do projeto de intervenção na prática docente em educação profissional e tecnológica.
3	Escrita da produção técnico-científica no formato de relatório ou artigo científico (Apêndice 12) para análise e discussão teórico-metodológica relacionadas ao projeto de intervenção na prática docente.
4	Seminário Integrador – exposição e defesa pública da produção técnico-científica perante a banca avaliadora.

O aluno que, por motivos justificados à coordenação do curso, não aplicar o projeto de intervenção, apresentará como produção técnico-científica um artigo cuja abordagem teórica fundamente-se na problemática levantada no projeto de intervenção.

A apresentação do TFC dar-se-á no Seminário Integrador, mediante banca de avaliação, constituída por 3 (três) membros, sendo um interno (integrante do corpo docente ou técnico-pedagógico do curso), um externo (profissional atuante na EPT, mas não no curso) e o professor-orientador que presidirá a banca.

A banca examinadora atribuirá nota à defesa do TFC em uma escala de 0 a 10 de acordo com os critérios definidos no apêndice 8. A nota final do componente curricular “Trabalho Final de Curso” será a média aritmética das notas atribuídas pelo professor do componente às atividades a ele vinculadas e a nota da defesa.

Espera-se que esta Especialização em Docência para Educação profissional e Tecnológica, enquanto formação continuada para educadores, coloque-se como solo fértil para o cultivo das relações, do convívio e da troca de experiências, ao ponto de os cursistas exercitarem seu papel muito além da técnica, com perspectiva de desenvolver identidades à luz de teorias que resultam em aprendizagens cognitivas,

pedagógicas, didáticas e práticas profissionais como uma ação intelectual e autônoma.

16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Durante o desenvolvimento do curso poderão ser disponibilizadas e/ou realizadas pelos estudantes, atividades complementares dentro de cada componente curricular, considerando as especificidades de cada um deles. Serão consideradas atividades complementares, dentre outras:

- Seminários relacionados às temáticas abordadas nos componentes curriculares (presenciais ou por meio de EaD).
- Palestras que discutam sobre a Educação Profissional e Tecnológica.
- Participação em Eventos Científicos (apresentação de trabalhos presenciais ou na modalidade EaD).
- Participação em webconferências com temáticas relacionada à EPT.
- Visitas de observação aos cursos ofertados pelos *campi* do IFAM.

17 EQUIPE DE PROFESSORES, TUTORES, ORIENTADORES DE TFC E GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Sendo uma exigência da Portaria CAPES nº 183 de 21 de outubro de 2016, docentes, tutores, orientadores de TCC e coordenação de curso serão selecionados por Edital específico do IFAM, cujos critérios, em consonância com as exigências da referida portaria, podem ser apresentados, minimamente, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 3 – CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS

Bolsista	Especificações	Crítérios
Professor Formador	Elaborar conteúdos, sejam virtuais ou impressos, além da construção/ escolha dos recursos para a sua sala virtual. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias para a linguagem da modalidade a distância e para os alunos com necessidades específicas. Definir o sistema de avaliação dos alunos. Acompanhar as atividades pedagógicas dos Professores mediadores e estudantes. Atuar de forma gerencial, no acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> na disciplina ou área afim; ▪ experiência mínima de 01 (um) ano no magistério superior.

	da execução da disciplina, monitorando o trabalho dos Professores mediadores e a correção das atividades avaliativas. Orientação e acompanhamento dos alunos em suas pesquisas e participação na banca de defesa do trabalho final de curso. Executar atividades correlatas.	
Tutor	Atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB.	<ul style="list-style-type: none"> · Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> · experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior.
Coordenação de curso	Atuação em atividades de coordenação dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos	<ul style="list-style-type: none"> · Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> na disciplina ou área afim; · experiência mínima de 01 (um) ano no magistério superior.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em muito, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVEA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a capacitação do professor formador.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVEA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância.

A experiência adquirida na oferta de cursos em EaD, ao longo dos anos, revela a necessidade de prepará-los para o trabalho em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo, a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada envolvendo a metodologia utilizada pelo IFAM, ocorre uma

falta de conhecimento dos professores formadores e tutores sobre ferramentas e formas de utilização destas.

Assim, faz-se necessária uma formação continuada que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos neste projeto de formação a distância desenvolvido pelo IFAM, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVEA utilizado, como também, as amplas relações e idiossincrasias tecidas e que são inerentes a educação a distância. É a partir dessa concepção que esta formação possui um valioso papel.

A formação pedagógica das equipes de professores e tutores que atuarão no curso será promovida pela Diretoria de Educação a Distância (DED) e será ministrada por profissionais com conhecimentos e experiências pedagógicas e em Educação a Distância, uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e de ambiente virtual de aprendizagem (AVEA). A formação ocorrerá em período que antecederá o início do curso, atendendo, também, ao período previsto no cronograma de execução desse PPC.

A gestão acadêmica e administrativa do Curso DocentEPT será exercida pela Coordenação do Curso, a ser selecionado por edital específico do IFAM, em diálogo com o Coordenador Geral da UAB e a Diretoria de Educação a Distância.

À Coordenação de Curso caberá as seguintes atribuições:

- Acompanhar as atividades professores e de tutoria para que sejam cumpridos os pressupostos didático-pedagógicos do curso no *campus*;
- Acompanhar a dinâmica do curso, observando os resultados das avaliações, os indicadores de evasão e desistência;
- Analisar e emitir pareceres sobre os procedimentos acadêmicos-administrativos do curso;
- Motivar a interação docente a fim de promover as relações interdisciplinares e transversais dos componentes curriculares.

O sistema acadêmico utilizado será o SIGAA, mesmo sistema utilizado pelo

IFAM nos cursos presenciais. Por meio do SIGAA os estudantes terão acesso, via Internet, a: informações institucionais, notas, plano de ensino da disciplina, curricular, histórico entre outros documentos acadêmicos.

O SIGAA permitirá ao professor autonomia para gerenciar os dados pertinentes a sua disciplina, tais como, registro de conteúdo, notas, emissão de diários, dentre outros.

O IFAM possui autonomia e infraestrutura para dar suporte ao armazenamento e gerenciamento de dados acadêmicos, cabendo à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) prover a manutenção do SIGAA e todas as políticas de segurança e *backup* dos dados.

Os registros acadêmicos dos estudantes serão realizados pelo Departamento de Registros de Diplomas dos *campi* do IFAM a quem compete: efetuar matrícula; efetuar registros acadêmicos; organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes; receber, preparar e informar os processos relativos aos estudantes; preparar e emitir documentos acadêmicos; preparar, emitir e efetuar registro de certificados de conclusão e/ou diplomas de cursos; verificar e atestar a regularidade de registros acadêmicos em documentos.

O registro de conteúdo, frequência e notas será feito também pelo SIGAA. Os professores terão acesso ao sistema acadêmico e poderão realizar o registro em tempo real. Ao final, o professor deverá consolidar o diário de ensino no SIGAA, cabendo à Coordenação ou Secretaria do Curso a verificação do preenchimento e, se necessário, indicar as retificações.

Os *campi* contemplados com a oferta do Curso de Pós-Graduação na modalidade a distância disponibilizarão sua infraestrutura, além de auxiliar na gestão acadêmico-administrativa, contabilizando as matrículas dos estudantes em seus respectivos registros acadêmicos.

18. INFRAESTRUTURA

18.1 Ambientes educacionais e recursos didáticos de suporte

O Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de

Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do Curso e pela migração dos conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/IFES.

O suporte técnico para a migração dos conteúdos das disciplinas do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/IFES, a partir de contatos (e-mail e telefone institucionais) previamente definidos entre as equipes envolvidas, sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/IFES

18.2 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, realizado por meio de uma parceria que envolve diferentes instituições e tendo o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados tanto para o curso quanto pelas as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Capes/UAB pela oferta do Curso DocentEPT, é necessário que o IFAM disponibilize uma infraestrutura no que diz respeito à estrutura física e digital de que elas dispõem.

Quanto à infraestrutura física, o IFAM definirá previamente o cadastro dos polos de apoio presencial, no Sicapes, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

Sobre a infraestrutura digital, a UAB/IFAM gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem com apropriação dos conteúdos produzidos pelo Cefor/IFES por meio da migração do material. Para esse gerenciamento e acompanhamento, o IFAM definirá as equipes técnicas responsáveis, que podem colaborar com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

O Cefor/IFES ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais do IFAM, nos termos definidos pela parceria IFES e Setec/MEC.

18.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Ainda no que se refere à bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; *Public Library of Science*; *The National Academies Press*; *Project Gutenberg*; *Google Book*. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

O IFAM possui o Sistema Integrado de Bibliotecas-SIBI que permite o compartilhamento de serviços e produtos, portanto, a comunidade do IFAM pode fazer uso de qualquer biblioteca, com preferência à vinculado ao Campus/polo que oferta o curso.

O catálogo do acervo físico está disponível de forma *on-line*, que pode ser verificado em <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca>, assim como a listagem de bibliotecas virtuais em acesso aberto.

O IFAM possui o Repositório Institucional com o objetivo de reunir, organizar e disponibilizar a produção técnica e científica, contribuindo assim para o livre acesso às

informações produzidas no instituto e voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Repositório Institucional do IFAM pode ser acessado pelo link http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/?locale=pt_BR.

Além dessas plataformas e bases de dados, também recomenda-se o acesso às dissertações e produtos educacionais produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT disponível no link <https://obsprofapt.midi.upt.iftm.edu.br/>.

18.4 Laboratório de Informática

Considerando que o curso será ministrado utilizando-se exclusivamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o uso do laboratório de informática do polo presencial será o mais amplo possível, devendo ser utilizado tanto como ambiente de aula, como para o desenvolvimento de pesquisas e atividades práticas propostas pelos componentes curriculares constituintes do Curso.

18.5 Laboratórios Específicos

Haverá, pelo menos, um laboratório de informática disponível ao curso em cada *campi* do IFAM que tiver servidores matriculados. Este deverá ser composto por computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias para ofertar suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos e para o desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e outras formas de desenvolvimento de estudo, que os docentes em seus planos definirão como pertinentes.

18.6 Recursos de Hipermídia

Como recursos de hipermídia nos polos/*campi* estarão disponíveis: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras e *scanners*.

18.7 Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer

atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada fundamental para todo tipo de atividade da/na atualidade, especialmente na EaD, que precisa contar, principalmente, com redes informáticas internas e telefones. Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras.

18.8 Polos de Apoio Presencial

O Curso contará com Polos de Apoio Presencial (PAPs) para atender os alunos de municípios e distritos adjacentes. Os PAPs são unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenadores de polo, assistentes e, especialmente, estudantes do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-estudante, estudante-estudante e demais sujeitos envolvidos no curso, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado por esses estudantes.

Para ofertar o suporte necessário, o PAP conta com uma equipe de acompanhamento, a saber:

- a) **Coordenador de Polo:** acompanha e coordena as atividades de polo.
- b) **Tutor Presencial** (quando houver demanda): responsável pelo apoio pedagógico e administrativo, acompanha os estudantes durante a transmissão da aula, aplicando as atividades passadas pelo Professor.
- c) **Assistente à Docência:** (para polos a partir de 100 alunos) apoiar as atividades de ensino, dialogando com alunos, tutores e coordenação de polo para desenvolver ações que visem estimular a frequência dos alunos no polo e outras ações que possam contribuir para a redução da evasão.

Dessa maneira, cada Polo de Apoio Presencial possuirá infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos estudantes na realização das atividades previstas nesse PPC.

18.9 Central de Atendimento ao Estudante

A Central de Atendimento ao Estudante tem o objetivo de atender o aluno de modo mais ágil nas questões ligadas aos aspectos administrativo, acadêmico e pedagógico, bem como de facilitar a relação do aluno com o polo.

Nesse sentido, conta com um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento aos portadores de necessidades específicas, com apoio do Napne e das coordenações. Alguns deles terão contato direto com os estudantes, a saber:

- Professor mediador (Tutor a distância): são profissionais que atenderão remotamente às demandas de coordenadores locais e de alunos, referentes às atividades letivas e de registro escolar, além de participar na correção das avaliações, conforme Plano de Ensino de cada disciplina; colaborarão, ainda, na implementação e na avaliação da Intervenção Pedagógica.
- Coordenador de polo: é o profissional que terá contato permanente com os alunos, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades presenciais nos polos, supervisionando-as. É ele, também, que inserirá no AVEA documentos e materiais relativos às atividades educativas e de Secretário escolar (assistente de registro acadêmico) , acompanhará os alunos nas atividades do Projeto de Intervenção.

19. CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO DO CURSO

Esse Projeto Pedagógico de Curso será implementado no segundo semestre de 2022, de acordo com o cronograma abaixo.

ATIVIDADES	2023.1	2023.2	2024.1
1. Seleção e formação da equipe multidisciplinar responsável pelo curso	X		
2. Processo Seletivo de estudantes nos <i>campi</i> envolvidos no Curso	X		

3. Matrículas de estudantes nos Polos EaD envolvidos no Curso	X		
4. Elaboração e reprodução de material didático	X	X	
5. Desenvolvimento dos componentes curriculares (aulas)	X	X	X
6. Defesa dos TFCs (Seminário Integrador)			X

20. REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017**. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010

BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acessado em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire**. Une question incontournable pour l'historien. *Hypothèses*, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. **Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade**: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007. SENNETT, Richard. O Artífice. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. 1985.

SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. **Techniques & Culture**, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**:

princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental**: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

APÊNDICE 1 - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir serão apresentadas as ementas e as bibliografias básicas e complementares propostas para os componentes curriculares que compõem o curso.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Ambientação em Educação a Distância	
CARGA HORÁRIA: 30h	Obrigatória
OBJETIVOS	
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.	
EMENTA	
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.	
CONTEÚDO	
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	
CARGA HORÁRIA: 60h	Obrigatória
OBJETIVOS	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.	
EMENTA	
<p>Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural.</p> <p>Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla.</p> <p>História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX.</p> <p>Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.</p>	
CONTEÚDO	
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, J. N. **Fazer bem feito**: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARDOSO, Rafael. **A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. 19&20**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	
CARGA HORÁRIA: 60h	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de a aprendizagem; • Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas; • Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação. 	
EMENTA	
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.	
CONTEÚDO	
<p>Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner.</p> <p>Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).</p>	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BARBIER, J.-M. **Formação de adultos e profissionalização**: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**: um estudo experimental da formação de conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro: **Boletim Técnico Senac**, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**. v. 1, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/552>>. Acesso em 8 ago. 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	
CARGA HORÁRIA: 60h	Obrigatória
OBJETIVOS	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.	
EMENTA	
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.	
CONTEÚDO	
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação . São Paulo: Penso Editora, 2015.	
BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem . São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: < http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf >.	
CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons . Disponível em: < https://br.creativecommons.org/ >. Acesso em 31 de maio de 2020.	
PONTES, E. O que é esse tal de copyright? . 2017. Disponível em: < https://eadbox.com/copyright/ >. Acesso em 31 de maio de 2020.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido**: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet**: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil**: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito de recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Didática Profissional	
CARGA HORÁRIA: 60h (40h teórica e 20h prática)	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT; • Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional. 	
EMENTA	
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.	
CONTEÚDO	
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. Avaliação na Educação Profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:

https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". **Revista Acadêmica da Unigranrio**. Vol. IX, n° 1, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

GUDWIN'S, Ricardo. **Aprendizagem ativa**. (Homepage). Unicamp, 2018. Disponível em: <<http://faculty.dca.fee.unicamp.br/gudwin/activelearning>>. Acessado em: 06 abr. 2018.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	
CARGA HORÁRIA: 60h	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. • Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. • Discutir sobre currículo no âmbito da EPT. 	
EMENTA	
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.	
CONTEÚDO	
Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências: conceitos e abordagens. Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico de certificações profissionais. Currículo de PROEJA. Formação laboral como atividade de extensão.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm , consulta em 06/03/2020.	
JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo : Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.	
GRUBER, Crislaine. ERGON-EP : aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. **Boletim Técnico do Senac**, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education**. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	
CARGA HORÁRIA: 45h	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. • Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. • Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência. • Conhecer as demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação profissional e as atribuições do professor de AEE. 	
EMENTA	
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.	
CONTEÚDO	
Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas. O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência. A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. Propostas curriculares inclusivas: adequações curriculares e metodológicas. Avaliação no processo ensino-aprendizagem. Acessibilidade e tecnologias. O atendimento educacional especializado	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva . Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf .	
BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais . 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.	

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913. Acesso em: 04 abr. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 04 abril 2018. DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, jan./jun., 2016. Disponível em <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2016.v3n1.04.p24>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marqueline & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: https://ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/formacao_praticas_e_inclusao_ebook.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [Minha Biblioteca]

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil: da Exclusão à Inclusão Escolar**. Pedagogia ao Pé da Letra, março de 2011. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2019.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, S.P: Junqueira & Marins, 2013.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014. ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Pesquisa e Extensão Tecnológicas	
CARGA HORÁRIA: 45h	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. • Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. • Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. • Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. • Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. • Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho. 	
EMENTA	
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).	
Inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).	
CONTEÚDO	
A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo. A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. Inovação e seu papel tecnológico e social. A extensão nos currículos escolares. A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: **XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador.** São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas.

BMEC. **Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada.** 2014. Disponível em:

<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm. Acesso em: 25 mai 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2004.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Projeto de Intervenção na Prática Docente	
CARGA HORÁRIA: 45h (20h teórica e 25h prática)	Obrigatória
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional • Compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP 	
EMENTA	
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.	
CONTEÚDO	
Construção do Projeto de intervenção; Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; Implementação do Projeto de intervenção; Elaboração de relatório científico.	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, 335p.</p> <p>DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017.</p> <p>GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Aros, 2012.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.</p>	

São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano, 2003.

NOME COMPONENTE OU DISCIPLINA: Libras	
CARGA HORÁRIA: 30h	Obrigatória
OBJETIVOS	
<p>GERAL:</p> <p>Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as concepções clínica e antropológica sobre a surdez; • Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos; • Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais; • Conhecer aspectos gramaticais da Libras; • Introduzir a prática da Língua Brasileira de Sinais nos contextos de comunicação; 	
EMENTA	
<p>Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</p>	
CONTEÚDO	
<p>Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.</p>	
METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVEA. O atendimento ao aluno será por meio do AVEA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 6,0 (seis).</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

GESSEER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora?** Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Rafael Dias. **Libras:** Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

APÊNDICE 2 - ESTRUTURA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

1. Identificação

Autor(a):

Disciplina:

Público-alvo:

Período de intervenção: de XXX a XXX Total de horas: XXXh

Tema da intervenção:

2. Introdução

a) Análise e levantamento das necessidades educativo-pedagógicas

b) Problema da intervenção na prática docente

c) Objetivos

- Objetivo Geral
- Objetivos específicos

3. Referencial teórico

4. Metodologia

5. Processo avaliativo

6. Cronograma de execução

7. Referências Bibliográficas

APÊNDICE 3 – ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Eu, _____,
coordenador (a) do Curso _____, do(a)
(nome da instituição de ensino), declaro ter conhecimento do Projeto de
Intervenção a ser desenvolvido pelo(a)
Pós-graduando(a) _____, na turma
(identificar a turma) pelo qual manifesto concordância com a aplicação do
mesmo.

(Local), _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Coordenador(a) do Curso

APÊNDICE 4 – ANUÊNCIA DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____, professor(a) da disciplina (nominar a disciplina), do Curso (nominar o curso), do(a) (nome da instituição de ensino), declaro ter conhecimento do Projeto de Intervenção a ser desenvolvido _____ pelo(a) Pós-graduando(a) _____, na turma acima identificada, pelo qual manifesto concordância com a aplicação do mesmo.

(Local), _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Professor(a) da Disciplina

APÊNDICE 5 - TERMO DE COMPROMISSO – TCC (ESTUDANTE)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ESTUDANTE)

Eu, _____, matriculado(a) no **Curso de Especialização *Lato Sensu* Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica**, do Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando os prazos e as normas técnicas exigidas para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, ideias e pesquisas anteriores a que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas no IFAM.

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) estudante (a)

APÊNDICE 6 - TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO TCC (PROFESSOR)

TERMO DE ACEITE

Eu, _____, professor (a) do **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica**, do Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM, declaro que aceito orientar o/a discente abaixo relacionado/a em seu processo de elaboração de TCC – Projeto de Intervenção Docente e na apresentação do mesmo, no Seminário Integrador.

ALUNO(A)	TÍTULO DO TCC

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a)

Assinatura do Coordenador(a) do Curso

APÊNDICE 7 - FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica

Professor(a) orientador(a): _____

Orientando(a): _____

Data	Horário		Conteúdo da orientação	Rubrica	
	Início	Término		Orientando (a)	Orientador (a)

OBS.: Esse documento deverá ser postado no Moodle conforme orientação da Coordenação do Curso.

Assinatura do professor orientador: _____

Assinatura do orientando(a): _____

APÊNDICE 8- FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TFC

Professor(a) orientador(a): _____

Orientando(a): _____

Título do Relatório Científico: _____

Avaliador(a): _____

PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA (Relatório ou Artigo)			
ITEM	CRITÉRIOS	VALOR ATRIBUÍDO	NOTA OBTIDA
1	RESUMO (informa objetivos, abordagem teórico, ressalta sucintamente o conteúdo de um texto e conclusões do documento)	0 a 0,5	
2	TEMÁTICA E PROBLEMÁTICA (contribuição para a docência na educação profissional e tecnológica)	0 a 0,5	
3	INTRODUÇÃO (coerência entre questão norteadora, objetivos, justificativa e a temática da educação profissional e tecnológica)	0 a 0,5	
4	FUNDAMENTOS TEÓRICOS (apresenta conceitos teóricos estabelecendo interface entre a questão norteadora e a educação profissional e tecnológica)	0 a 1,0	
5	ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO (contribuição para a docência na educação profissional e tecnológica)	0 a 1,0	
6	CONSIDERAÇÕES (apresenta sua síntese pessoal, de modo a expressar sua compreensão sobre a temática; coerência com os objetivos iniciais do trabalho e apresenta projeções para novas perspectivas de projetos de ensino)	0 a 0,5	
7	REFERÊNCIAS (segue as normas da NBR 6023:2018)	0 a 0,5	
8	Atendimento às normas técnico-científicas (NBR 10719, NBR 6028, NBR 10520, NBR 6023:2018)	0 a 0,5	
NOTA 1– Produção técnico-científica		0 a 5,0	
EXPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA			
ITEM	CRITÉRIOS	VALOR ATRIBUÍDO	NOTA OBTIDA
1	ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO (Distribuição do assunto; organização; legibilidade; clareza; qualidade e estrutura do material de apresentação).	0 a 0,5	
2	COERÊNCIA DO CONTEÚDO da apresentação oral com o documento textual	0 a 0,5	
3	SEGURANÇA (exposição com segurança; respondeu com clareza aos questionamentos? Clareza, fluência e domínio verbal na exposição de ideias)	0 a 1,0	
4	APROPRIAÇÃO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS (Demonstrou domínio sobre os conceitos teóricos que fundamentam a temática de seu Projeto de Intervenção?)	0 a 1,0	
5	OBSERVÂNCIA DO TEMPO determinado para apresentação (15 a 20 minutos).	0 a 1,0	
NOTA 2– Exposição da produção técnico-científica		0 a 5,0	
NOTA DO SEMINÁRIO INTEGRADOR (NOTA 1 + NOTA 2)		0 a 10,0	

Manaus, _____ de _____ de 2023.

NOME E ASSINATURA DO AVALIADOR(A)

APÊNDICE 9 - ATA DE DEFESA PÚBLICA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO ANO DE 2023 TRABALHO FINAL DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ao [dia] dia do mês de [mês], do ano de [ano], às [hora] horas, nas dependências/sala virtual do [nome do campus ou link da sala virtual], Polo [nome do Polo], ocorreu a sessão pública de defesa de Trabalho Final de Curso do discente XXXXX, intitulado “TÍTULO DO TFC”, do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização Docência na Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). A Banca Examinadora teve como membros: Nome do(a) orientador(a), orientador(a) do trabalho e presidente da banca, Nome membro 1 da Instituição e Nome membro 2 da Instituição. O Nome do(a) orientador(a), como presidente da banca, deu início a sessão de defesa final apresentando os membros da Banca Examinadora. O presidente da banca explanou os procedimentos para defesa e, em seguida, convocou o(a) discente para fazer a exposição de seu trabalho. Após a exposição, o(a) discente foi arguido(a) pelos membros da Banca Examinadora. A avaliação foi realizada separadamente por cada membro da banca, considerando a Produção Técnico-Científica (0 a 5,0) e a Exposição e defesa (0 a 5,0). No item trabalho escrito, a banca examinadora avaliou a organização sequencial, argumentação, profundidade do tema, correção gramatical, clareza, apresentação estética, adequação aos aspectos formais às normas da ABNT, relevância e contribuição acadêmica da pesquisa. No item exposição e defesa, a banca examinadora avaliou o domínio do conteúdo, organização da apresentação, habilidades de comunicação e expressão, capacidade de argumentação, correção gramatical e apresentação estética do trabalho. Observações indicadas pela banca examinadora: [professor(a) orientador(a) deverá registrar neste espaço as observações indicadas pela banca examinadora]. A NOTA FINAL do TFC, constituída pela média das três notas atribuídas pela banca examinadora é: [numeral (por extenso)]. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora decidiu pela APROVAÇÃO/NÃO APROVAÇÃO do trabalho. Em seguida, o(a) presidente da banca apresentou publicamente o resultado da avaliação. Também informou ao(à) discente que a concessão do Título de Especialista está condicionada à: (a) atendimento às exigências e requisitos indicados pela Banca Examinadora, sendo o(a) professor(a) orientador(a) responsável pela verificação do cumprimento das revisões, correções e exigências indicados para o trabalho; (b) entrega da versão final do TFC juntamente com o Termo de Autorização para Entrega da Versão Final assinado pelo orientador; e (c) entrega/envio, ao Protocolo do Campus do IFAM, da documentação necessária para a expedição do Certificado e publicação digital no Repositório Institucional do IFAM. Concedeu-se um prazo de até 30 (trinta) dias para o(a)

discente apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de desligamento do Programa. Cumpre-se desta forma a normalização estabelecida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização Docência na Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade EaD, de acordo com a Resolução nº 94/2015 – CONSUP do IFAM. Nada mais havendo a tratar, eu [professor(a) orientador(a)], presidente dessa Banca Examinadora designado (a), lavrei a presente Ata, que após lida foi por todos assinada. Após a coleta das assinaturas, eu, professor(a) orientador(a) postarei a ata na Plataforma Moodle.

Prof.^a XXXXXX

Presidente da Banca Examinadora

Prof.^a XXXXXX

Membro 1 – Instituição

Prof. XXXXXX

Membro 2 – Instituição

XXXXXX

Discente

APÊNDICE 10 – FORMULÁRIO DE DESISTÊNCIA/TRANSFERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, professor
(a) do **Curso de Especialização *Lato Sensu* Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica** desta Instituição, declaro, para os devidos fins, desistir da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) pós-graduando (a)

_____.

Motivos da desistência/transferência:

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Nome por extenso do (a) Professor (a) Orientador (a)

APÊNDICE 11 – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ESCRITA DO RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Um relatório técnico-científico deve conter três partes: pré-textual, textual e pós-textual.

(I) Elementos pré-textuais (não devem conter número de páginas):

- **Capa** – proteção externa do trabalho. Deve conter: nome da instituição; autor(es), título do trabalho e subtítulo (se houver); cidade, ano.
- **Folha de rosto** – é fonte principal de identificação do documento, sucede a capa. Deve conter: autor(es), título e subtítulo (se houver); natureza do trabalho, cidade e ano.
- **Resumo em português** – descrição clara e concisa do conteúdo do relatório, com pontos principais, resultados e conclusões. O resumo é constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas e não de enumeração de tópicos. São ressaltados o objetivo da pesquisa, o método utilizado, as discussões e os resultados com destaque apenas para os pontos principais. Utiliza-se o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Não deve ultrapassar 500 palavras. As palavras-chave são termos retirados do texto para representar o seu conteúdo. Devem ser localizadas logo abaixo do resumo. São precedidas da expressão “Palavras-chave”. São separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Recomenda-se o uso de 3 a 5 palavras-chave.
- **Lista de símbolos ou abreviaturas (opcional)** – lista de símbolos e abreviações utilizadas no texto com os respectivos significados.
- **Lista de ilustrações (opcional)** – relação das ilustrações existentes no texto, na ordem que aparecem acompanhadas dos números das páginas onde se localizam. É recomendável fazer-se uma lista para tipo de ilustração.
- **Sumário** – lista das partes ou seções do relatório, na mesma ordem e grafia utilizada no texto, com os respectivos números de páginas.

(II) Elementos textuais:

- **Introdução** – deve apresentar de forma simplificada o tema do projeto, o problema a ser abordado, os objetivos e a justificativa, ou seja, porque desenvolver o projeto e, possíveis relações com outros trabalhos.
- **Desenvolvimento** – é a parte mais importante do trabalho. Detalha as etapas do projeto executado, métodos e materiais utilizados, cronograma de trabalho, procedimentos realizados, resultados alcançados.
- **Conclusões** – reúne as conclusões tiradas a partir dos resultados do projeto e as recomendações julgadas necessárias segundo as conclusões.

(III) Elementos pós-textuais:

- **Anexos (opcional)** – partes extensivas ao texto, necessárias para a melhor compreensão do trabalho, como: descrição de equipamentos, técnicas ou processos, formulários, figuras não citadas no texto, etc.
- **Agradecimentos (opcional)** – agradecimentos a pessoas ou instituições que tiveram papel relevante na realização do projeto.
- **Referências** – lista alfabética ou numérica (se as citações no texto forem numeradas) que reúne informações sobre as obras citadas no texto. Devem ser elaboradas conforme ABNT NBR 6023:2018.

APÊNDICE 12 – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ESCRITA DO ARTIGO CIENTÍFICO

Um artigo é um trabalho científico que normalmente tem as seguintes partes:

(I) Elementos pré-textuais:

- **Título em português** (título todo em caixa alta, centralizado e em letra em tamanho maior que a utilizada no texto).
- **Autor(es) e sua(s) qualificação(ões).**
- **Resumo em português** - descrição clara e concisa do conteúdo do relatório, com pontos principais, resultados e conclusões. O resumo é constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas e não de enumeração de tópicos. São ressaltados o objetivo da pesquisa, o método utilizado, as discussões e os resultados com destaque apenas para os pontos principais. Utiliza-se o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Não deve ultrapassar 500 palavras.
- **Palavras-chave** (em português) - As palavras-chave são termos retirados do texto para representar o seu conteúdo. Devem ser localizadas logo abaixo do resumo. São precedidas da expressão “Palavras-chave”. São separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Recomenda-se o uso de 3 a 5 palavras-chave.

(II) Elementos textuais:

- **Introdução** - deve apresentar de forma simplificada o tema do projeto, o problema a ser abordado, os objetivos e a justificativa, ou seja, porque desenvolver o projeto e, possíveis relações com outros trabalhos.
- **Revisão da Literatura** - A revisão pode ser feita sem este nome como subtítulo, mas sim com o nome de item abordando subtemas conforme o agrupamento de autores. Na revisão é importante que se use somente os autores do assunto em foco e que possam ser usados na discussão. Está é uma parte do artigo na qual os resultados obtidos são confrontados com os

da revisão e por isso não é interessante colocar autores que não serão utilizados na discussão.

- **Metodologia** - Deve ser esclarecida a forma que foi utilizada na análise do problema proposto, ou seja, a estratégia da pesquisa (experimental, pesquisa de opinião, estudo de caso), além de considerar o objeto de estudo, as hipóteses se houver, os objetivos do trabalho. Devem incluir a população, a coleta de dados (análise documental, observação participante ou não, entrevista ou questionário) e os métodos de análise.
- **Resultados** - Deve conter os resultados e as análises quantitativa e/ou qualitativa, dos dados e informações obtidas relacionadas ao problema, aos objetivos, as hipóteses se foram formuladas e ao referencial teórico. Devem discutir e analisar os resultados do estudo, podendo ser subdivididos em tópicos, fornecendo elementos para as conclusões.
- **Considerações finais** – inclui-se entre outros aspectos: no que o artigo contribui para o saber e para quem contribui. Os objetivos do artigo que foram colocados na parte da introdução foram alcançados? É preciso colocar pelo menos um parágrafo sobre isso. A seguir, podem-se colocar alguns resultados alcançados e apresentados na parte dos resultados. Como finalização, podem-se escrever as sugestões para trabalhos futuros sobre o tema apresentado.

(II) Elementos pós-textuais:

- **Referências** - devem fazer par com as citações colocadas ao longo do artigo. As referências devem seguir a NBR 6023:2018. Enquanto as citações devem ser realizadas conforme a norma NBR 10.520 ao longo do texto.
- **Anexos e apêndices** - conforme a norma ABNT NBR 14.724 de 2011, apêndices são trabalhos que complementam o artigo e que foram feitos pelos mesmos autores. Já os anexos também complementam o artigo mas foram feitos por outros ou terceiros.
- **Agradecimentos**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 11/2023 - CGUAB (11.01.01.04.01.04)

Nº do Protocolo: **NÃO PROTOCOLADO**

Manaus-AM, 26 de Maio de 2023

PPC_DocentEPT_UAB_Turma_2023_-_analizado.pdf

Total de páginas do documento original: 85

(Assinado digitalmente em 26/05/2023 09:22)

FABIO SERRA RIBEIRO COUTO

COORDENADOR

2408104

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/> informando seu número: **11**, ano: **2023**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de Assinatura: **26/05/2023** e o código de verificação: **9462424ec1**